

REGIÃO AGRÍCOLA E CIDADES DO CAMPO: a relação urbano-rural e o desenvolvimento territorial no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Guilherme Silva Graciano

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia | PPGAU-FAUeD-UFU

guilhermesgraciano@gmail.com

RESUMO: Através de uma abordagem territorial, o presente artigo discute as pequenas cidades da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com foco na relação urbano-rural presente nesses municípios e no papel que eles desempenham na rede de cidades. É feita uma análise regional, com ênfase nas transformações ocorridas nos pequenos municípios da região durante o último século, em que eles se adaptaram para atender à demanda da industrialização do campo e do interior do Brasil. Aborda-se também a mudança do espaço rural durante este período, bem como, a atualização da visão do espaço rural, que passa a ser visto como espaço habitado, do qual fazem parte as pequenas cidades.

PALAVRAS-CHAVE: cidade pequena; relação urbano-rural; região agrícola; cidades locais.

1. INTRODUÇÃO

Devido ao processo de urbanização difusa desenvolvida a partir do século XX, que avança para áreas que não são propriamente urbanas e tampouco rurais, o urbanismo enquanto disciplina reencontra o termo território. O espaço urbano em alguns casos cresceu além dos limites municipais e em outros, se espalhou em uma série de manchas urbanas esparsas, transformando o objeto de trabalho e estudo do urbanismo, que antes era mais facilmente delimitado – a cidade – em outro ente: o território. (VILLAÇA, 1997; MEYER, 2006)

No que se refere a estudos territoriais, as pequenas cidades, que são fortemente ligadas ao espaço rural e à série de pequenas aglomerações – distritos e povoados – que às circundam, são ainda pouco abordadas por urbanistas. As cidades pequenas no Brasil, aquelas que possuem até 100.000 habitantes, correspondem a 95% do número total de municípios e concentram 45,3% da população total do país, segundo dados do IBGE. Em uma escala ainda menor, os municípios com até 20.000 habitantes somam 73% dos municípios brasileiros e 30% da população total do país. Apesar desses números significativos, o estudo sobre as pequenas cidades ainda apresenta uma relativa escassez bibliográfica, sendo que boa parte desse estudo provém de geógrafos urbanos. (IBGE, 2010; PEDRA, NOGUEIRA, 2011)

Este universo de pequenas cidades brasileiras é bastante diverso e apresenta realidades sociais e econômicas variadas. O entendimento das especificidades dessas regiões é relevante para o planejamento regional e urbano dessas áreas e o estudo do território a partir das relações que nele acontecem é fundamental para o entendimento do espaço urbano e do espaço regional. A estrutura territorial está ligada a outras estruturas não territoriais, tais como a econômica, a política e a ideológica, e o seu estudo é importante para o entendimento da sociedade, pois a estrutura territorial “é socialmente produzida e ao mesmo tempo reage sobre o social”. Sendo assim, a análise das pequenas cidades brasileiras deve partir da realidade econômica, política e social de seu território, que em parte significativa dos casos está diretamente ligada à área rural e ao conjunto de pequenas aglomerações diretamente ligadas a ela. (VILLAÇA, 1997, 2001)

O presente artigo trata, de maneira geral, de um conjunto de pequenas cidades inseridas em uma região agrícola fortemente influenciada pelo agronegócio, pela agricultura familiar e pelo conjunto de atividades não agrícolas que acontecem na área rural de seu território, ou seja, onde o rural tem grande influência sobre o urbano, que por sua vez, supre o espaço rural próximo de infraestrutura, comércio e serviços. Trata-se da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais, que será abordada através de uma leitura regional com foco nas pequenas cidades, a fim de entender qual o papel dessas pequenas cidades na rede de cidades e como se dá a relação do urbano com o rural em seu território. Abordar-se-á a rede urbana dessa mesorregião, que tem uma distribuição equilibrada entre cidades pequenas, médias e grandes, bem como, as diferenças regionais, em que no Triângulo Mineiro (microrregiões de Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba e Frutal) os municípios estão bem distribuídos dentro da classificação hierárquica, com uma distribuição equilibrada entre cidades pequenas, médias e grandes, enquanto no Alto Paranaíba (microrregiões de Patrocínio, Araxá e Patos de Minas) a rede urbana é pouco densa, com municípios com porcentagem significativa de população rural. (IPEA, 2002; IBGE, 2007, 2010)

2. A REGIÃO AGRÍCOLA DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba caracteriza-se por ser uma região agrícola devido ao fato de que suas cidades, tanto as pequenas quanto as maiores, abrigam atividades agropecuárias e agroindustriais que influenciam a área urbana e rural dos municípios. É o campo que comanda a vida econômica e social do sistema urbano, sobretudo nos municípios menores em população. De acordo com o geógrafo Milton Santos:

A região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. (SANTOS, 1994: 76)

Na microrregião de Uberlândia, que possui a maior taxa de urbanização de toda a mesorregião, a integração da agropecuária com a indústria gerou o complexo agroindustrial mais importante do Estado de Minas Gerais. As principais atividades econômicas desenvolvidas nesta microrregião são uma agropecuária modernizada e um setor industrial com forte peso nos ramos de fumo e alimentício. A produção de fertilizantes agrícolas também foi favorecida devido à base mineral do solo. A cidade que dá nome a essa microrregião, Uberlândia, é a principal e mais populosa cidade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, tendo uma área de influência que se estende por municípios de Goiás e do Mato Grosso. Há também, nesta região, a cidade de Araguari, que é um centro microrregional, e um conjunto de pequenas cidades que suprem de serviços e comércio o território adjacente a elas. (IPEA, 2002)

A microrregião de Patrocínio, caracterizada por pequenos municípios que em conjunto possuem a maior população rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, vem passando por uma fase de relativo crescimento, devido principalmente à modernização de sua agricultura e ao processo de industrialização, centrado na produção de fertilizantes e na agroindústria. Nesta microrregião destacam-se o cultivo de soja, a produção do café no cerrado e, nas últimas décadas, após estímulo do Proálcool, houve um grande crescimento na produção da cana-de-açúcar, o que acarretou a instalação de indústrias vinculadas a essa produção. Patrocínio é a mais populosa das pequenas cidades que formam essa microrregião, com pouco mais de 80 mil habitantes, recebendo influência de Uberlândia, a capital regional, e da cidade vizinha de Patos de Minas, que é um centro microrregional. (IPEA, 2002)

Com a base econômica assentada em uma pecuária de precisão, com aprimoramento genético do rebanho bovino, e com indústria química de destaque, a microrregião de Uberaba é dinâmica economicamente. Ela é formada pela cidade de Uberaba, que polariza a maior parte da atividade econômica da microrregião, e de seis municípios pequenos em população e com parte significativa de população rural. Apesar de seu dinamismo, Uberaba vem perdendo capacidade de polarização para Uberlândia, que se consolida como o principal centro urbano da mesorregião. (IPEA, 2002)

No pontal do Triângulo Mineiro, as microrregiões de Ituiutaba e Frutal também têm sua base econômica na produção agropecuária, e dentre os pequenos municípios que as formam, alguns possuem a maior porcentagem de população rural da mesorregião, como o município de Comendador Gomes, com 49,26% de população rural, na microrregião de Frutal, e o município de Gurinhatã, na microrregião de Ituiutaba, com 56,13% de população rural, o único município do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com a população rural maior que a urbana atualmente. (IPEA, 2002; IBGE, 2010)

A base econômica de todas as microrregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é a agropecuária, com exceção da microrregião de Araxá, em que a extração mineral é o maior

destaque, com presença significativa também, da indústria moveleira e química. A microrregião de Patos de Minas também se destaca pela extração mineral. Estas microrregiões, além dos seus centros microrregionais nas cidades de Araxá e Patos de Minas, são formadas por pequenas cidades, com parte considerável da população vivendo em suas áreas rurais. (IPEA, 2002)

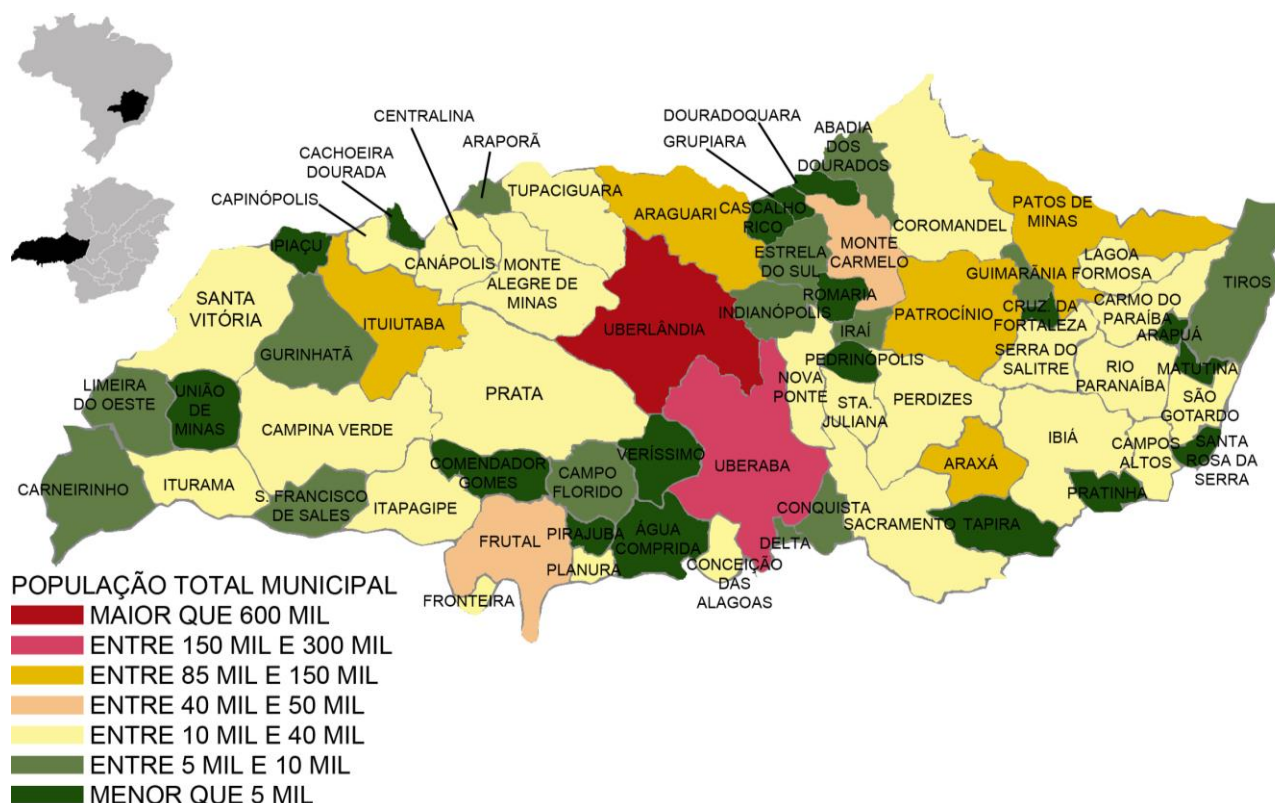
Há uma distribuição equilibrada das pequenas e médias cidades que estão nas proximidades de Uberlândia, porém, há municípios mais e menos dinâmicos, bem como também há desigualdade no desenvolvimento intra-regional. Apesar de ser uma região agroindustrial dinâmica, há municípios menos inseridos economicamente, principalmente os que são menores em população e estão afastados da capital regional, pouco integrados à rede logística da região.

Mapa 01: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com suas microrregiões



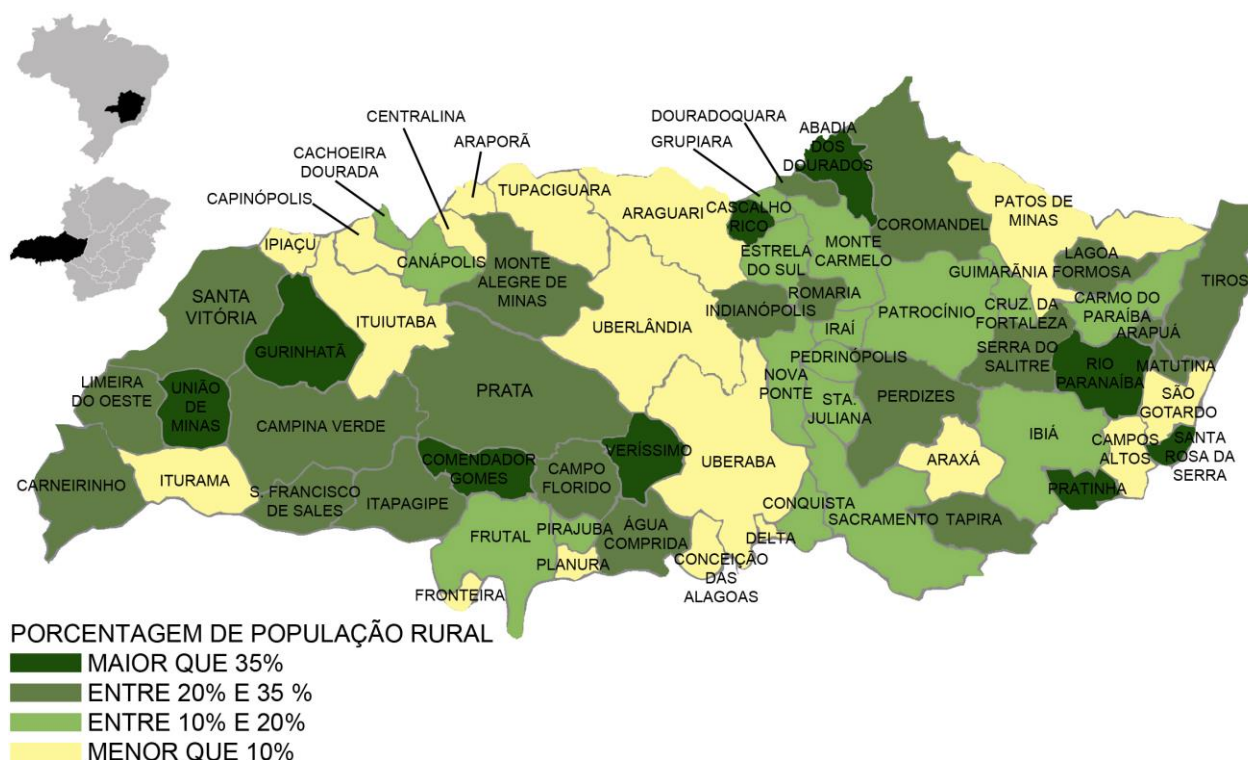
Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em mapa do IBGE

Mapa 02: População total dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE

Mapa 03: Porcentagem de população rural dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE

Tabela 01: População total, rural e urbana dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

	MUNICÍPIO	ÁREA (Km²)	POP. TOTAL (2010)	POP. RURAL	POP. URBANA	IDHM 2010	% POP. RURAL
MICRORREGIÃO DE UBERLÂNDIA	ARAGUARI	2731	109.801	7.218	102.583	0,773	6,57
	ARAPORÃ	298	6.144	246	5.898	0,708	4,00
	CANÁPOLIOS	845	11.365	1.185	10.180	0,722	10,43
	CASCALHO RICO	368	2.857	1.061	1.796	0,721	37,14
	CENTRALINA	322	10.266	952	9.314	0,678	9,27
	INDIANÓPOLIS	834	6.190	2.134	4.056	0,674	34,47
	MONTE ALEGRE DE MINAS	2593	19.619	5.113	14.506	0,674	26,06
	PRATA	4857	25.802	6.421	19.381	0,695	24,89
	TUPACIGUARA	1826	24.188	2.146	22.042	0,719	8,87
	UBERLÂNDIA	4116	604.013	16.747	587.266	0,789	2,77
MICRORREGIÃO DE ARAXÁ	ARAXÁ	1164	93.672	1.388	92.284	0,772	1,48
	CAMPOS ALTOS	710	14.206	1.293	12.913	0,702	9,10
	IBIÁ	2704	23.218	3.572	19.646	0,718	15,38
	NOVA PONTE	1111	12.812	1.821	10.991	0,701	14,21
	PEDRINÓPOLIS	357	3.490	563	2.927	0,729	16,13
	PERDIZES	2450	14.404	4.469	9.935	0,723	31,03
	PRATINHA	622	3.265	1.506	1.759	0,721	46,13
	SACRAMENTO	3073	23.896	4.621	19.275	0,732	19,34
	SANTA JULIANA	723	11.337	1.542	9.795	0,706	13,60
	TAPIRA	1179	4.112	1.368	2.744	0,712	33,27
MICRORREGIÃO DE UBERABA	ÁGUA COMPRIDA	492	2.025	505	1.520	0,680	24,94
	CAMPO FLORIDO	1264	6.870	1.662	5.208	0,710	24,19
	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	1340	23.043	2.163	20.880	0,710	9,39
	CONQUISTA	618	6.526	855	5.671	0,730	13,10
	DELTA	102	8.089	505	7.584	0,640	6,24
	UBERABA	4523	295.988	6.612	289.376	0,770	2,23
	VERÍSSIMO	1031	3.483	1.446	2.037	0,670	41,52
MICRORREGIÃO DE ITUIUTABA	CACHOEIRA DOURADA	200	2.505	280	2.225	0,726	11,18
	CAPINÓPOLIS	620	15.290	988	14.302	0,723	6,46
	GURINHATÃ	1849	6.137	3.445	2.692	0,680	56,13
	IPIAÇU	466	4.107	366	3.741	0,696	8,91
	ITUIUTABA	2598	97.171	4.046	93.125	0,739	4,16
	SANTA VITÓRIA	3001	17.138	3.212	13.926	0,710	18,74

	MUNICÍPIO	ÁREA (Km²)	POP. TOTAL (2010)	POP. RURAL	POP. URBANA	IDHM 2010	% POP. RURAL
MICRORREGIÃO DE FRUTAL	CAMPINA VERDE	3650	19.324	4.891	14.433	0,704	25,31
	CARNEIRINHO	2063	9.471	2.496	6.975	0,741	26,35
	COMENDADOR GOMES	1041	2.972	1.464	1.508	0,697	49,26
	FRONTEIRA	199	14.041	946	13.095	0,684	6,74
	FRUTAL	2426	53.468	7.379	46.089	0,730	13,80
	ITAPAGIPE	1803	13.656	4.098	9.558	0,723	30,01
	ITURAMA	1404	34.456	1.858	32.598	0,747	5,39
	LIMEIRA DO OESTE	1319	6.890	1.873	5.017	0,710	27,18
	PIRAJUBA	337	4.656	525	4.131	0,723	11,28
	PLANURA	317	10.384	293	10.091	0,712	2,82
	SÃO FRANCISCO DE SALES	1128	5.776	1.444	4.332	0,688	25,00
	UNIÃO DE MINAS	1147	4.418	1.692	2.726	0,672	38,30
MICRORREGIÃO DE PATOS DE MINAS	ARAPUÁ	173	2.775	687	2.088	0,724	24,76
	CARMO DO PARANAÍBA	1.307	29.735	4.535	25.200	0,705	15,25
	GUIMARÂNIA	366	7.265	1.341	5.924	0,693	18,46
	LAGOA FORMOSA	840	17.161	4.194	12.967	0,703	24,44
	MATUTINA	260	3.761	1.068	2.693	0,707	28,40
	PATOS DE MINAS	3.189	138.710	10.986	127.724	0,765	7,92
	RIO PARANAÍBA	1.352	11.885	4.597	7.288	0,709	38,68
	SANTA ROSA DA SERRA	284	3.224	1.251	1.973	0,705	38,80
	SÃO GOTARDO	866	31.819	1.758	30.061	0,736	5,53
	TIROS	2.091	6.906	2.091	4.815	0,683	30,28
MICRORREGIÃO DE PATROCÍNIO	ABADIA DOS DOURADOS	881	6.704	2.515	4.189	0,689	37,51
	COROMANDEL	3.313	27.547	5.882	21.665	0,708	21,35
	CRUZEIRO DA FORTALEZA	188	3.934	573	3.361	0,696	14,57
	DOURADOQUARA	312	1.841	608	1.233	0,706	33,03
	ESTRELA DO SUL	822	7.446	1.389	6.057	0,696	18,65
	GRUPIARA	193	1.373	200	1.173	0,731	14,57
	IRAÍ DE MINAS	356	6.467	1.309	5.158	0,695	20,24
	MONTE CARMELO	1.343	45.772	5.672	40.100	0,728	12,39
	PATROCÍNIO	2.874	82.471	9.713	72.758	0,729	11,78
	ROMARIA	407	3.596	881	2.715	0,708	24,50
	SERRA DO SALITRE	1.295	10.549	2.794	7.755	0,696	26,49

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE (2010) e PNUD (2010)

3. AS CIDADES NO CAMPO SE TORNAM AS CIDADES DO CAMPO

Com as transformações ocorridas na segunda metade do século XX em decorrência da industrialização do território brasileiro e das transformações na forma de circulação de pessoas, informações, bens e mercadorias, as pequenas cidades de maneira geral passam a ser mais inseridas na produção do território nacional e desempenham um novo papel na rede de cidades. Esses pequenos centros exercem influência local em seu espaço rural circundante e, independente de seu tamanho populacional, conseguem manter relações econômicas, políticas e sociais com outros centros de forma direta, por meio das telecomunicações e da rede logística. Com a globalização, os pequenos centros mais inseridos economicamente, por menores que sejam, participam de um ou mais circuitos espaciais de produção, produzindo e distribuindo bens, serviços e informações que circulam cada vez mais por intermédio da rede financeira e de informações articuladas globalmente e através da ação de corporações globais. (CORRÊA, 1999, 2004, 2011)

O geógrafo Milton Santos (1994) denomina essas pequenas cidades de “cidade local” devido à sua área de influência local no território rural circundante e nas pequenas aglomerações, distritos e vilas de seu território municipal. Ele afirma que, com a industrialização e urbanização do território brasileiro, estas cidades locais mudaram de conteúdo e se especializaram para atender à produção agropecuária que estava se mecanizando e crescendo no interior do país. Essas cidades que antes eram as “cidades dos notáveis”, hoje se transformaram em “cidades econômicas”, pois, onde antes da industrialização as personalidades notáveis eram “o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz”, hoje, como cidade econômica, “são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados”, ou seja, a cidade local se especializa para atender à produção agropecuária e agroindustrial e, segundo Santos (1994), deixa de ser simplesmente uma “cidade no campo” para ser a “cidade do campo”.

Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, essas transformações não podem ser analisadas sem que se leve em consideração os investimentos em políticas públicas voltadas para a implantação e modernização da agropecuária que a região recebeu a partir da década de 1970. A partir desse período a região Sudeste registra altos índices de crescimento e modernização, através de investimentos do governo federal, cujas políticas públicas buscavam dar suporte à ocupação e ao aproveitamento de áreas do cerrado que ainda não estavam integradas ao processo produtivo, o que beneficiou diretamente a área do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Fazem parte dessas políticas públicas, programas como o PRRC (Programa de Renovação e Revigoração de Cafezais), do início da década de 1970; o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados), elaborado em 1972 pelo Banco de Desenvolvimento de Minas

Gerais; o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), do ano de 1973, caracterizado como um projeto de colonização dirigida; e a inserção da microrregião no POLOCENTRO, em 1975, que incentivava e apoiava a ocupação racional das áreas do cerrado na região do centro-oeste brasileiro, e que posteriormente deu lugar ao PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), em 1979, que tinha como objetivo produzir cereais para o mercado mundial, incorporando técnicas e equipamentos modernos através de um acordo de cooperação Brasil-Japão. (OLIVEIRA, SOARES, 2002)

No Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba podem ser classificados quatro tipologias de município, de acordo com sua população, grau de influência e serviços públicos ofertados. Há a capital regional, Uberlândia, que é a cidade mais populosa da região e concentra um grande número de serviços públicos, exercendo influência em toda a região, acompanhada da capital regional secundária, Uberaba. Há os centros microrregionais, com população em torno de 40 e 100 mil habitantes, que apresentam alguns serviços públicos e exercem uma influência microrregional, que são os municípios de Araguari, Monte Carmelo, Patrocínio, Patos de Minas, Araxá, Frutal e Ituiutaba. Há as cidades locais, que segundo Santos (1994), exercem uma influência local em seu espaço municipal, e que as autoras Oliveira e Soares (2001) identificaram como sendo os municípios de Prata, Monte Alegre de Minas, Tupaciguara, Centralina, Capinópolis, Santa Vitória, Campina Verde, Água Comprida, Sacramento, Ibiá, São Gotardo, Campos Altos e Coromandel. Por fim, há o que foi identificado por estas autoras como pequenos centros, que é a denominação generalizada utilizada pelo IPEA e que identifica as pequenas cidades que não se classificam especificamente como cidades locais. Os pequenos centros apresentam população inferior a 10 mil habitantes, tendo alguns população em torno de 2 mil habitantes, eles também exercem influência em seu território municipal, porém, não atendem a demanda municipal de serviços e equipamentos como a cidade local. Dentre os quarenta e quatro pequenos centros da mesorregião, pode-se destacar os menores municípios em população do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que são os municípios de Grupiara, com 1.373 habitantes, e Douradoquara, com 1.841 habitantes, de acordo com o último Censo do IBGE (2010), ambos pertencentes à microrregião de Patrocínio, sendo limítrofes entre si. Vale ressaltar também que é nesta categoria de município, pequeno em população, que se encontram os maiores índices de população residente na área rural, podendo citar os municípios de Abadia dos Dourados, Douradoquara, Itapagipe, União de Minas, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, Cascalho Rico, Indianópolis, Perdizes e Tapira com mais de 30% da população residente na área rural de seus municípios, os municípios de Comendador Gomes, Pratinha e Veríssimo com mais de 40% de população rural, e o município de Gurinhatã, como único município da mesorregião com mais da metade da população vivendo fora da área urbana, com 56,13% de população rural. (SANTOS, 1994; OLIVEIRA, SOARES, 2001; IBGE 2010)

4. O RURAL ENQUANTO ESPAÇO HABITADO DO QUAL FAZEM PARTE AS PEQUENAS CIDADES

Os investimentos governamentais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a partir da década de 1970 garantiram a implantação e modernização da agroindústria na região, porém, o foco do planejamento governamental em políticas públicas para fomentar a produção agropecuária, associado à escassez de políticas que melhorem a qualidade de vida da população que vive no campo e nas pequenas cidades, reforça a idéia que se tem do rural como setor econômico em detrimento da visão do rural como um território habitado. Para as políticas governamentais brasileiras o rural continua a ser encarado, majoritariamente, apenas como setor econômico primário (agricultura, pecuária, pesca e extrativismo) e não como espaço rural. (MORAES, 2013)

A visão do rural como setor, em detrimento do rural enquanto território habitado é responsável por deixar em segundo plano os pequenos municípios brasileiros, onde o foco do investimento governamental é sempre referente à produção agropecuária. A maioria das ações governamentais voltadas para os municípios priorizam os que possuem população acima de 50 mil habitantes, quando “89% dos municípios do país possuem população igual ou inferior a esse número”. (MORAES, KAURIC, 2013)

Essa falta de políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida na área rural dos pequenos municípios e ao acesso a serviços básicos dessa parcela da população acontece devido ao contestável dado de que o Brasil tem uma taxa de urbanização de 84%, de acordo com o IBGE (2010). Uma lei do ano de 1938 vigente até hoje permite que o Brasil considere como urbana toda sede de município e todo distrito, independente de sua taxa demográfica ou de suas características socioeconômicas. Essa “regra peculiar, que é única no mundo”, coloca o Brasil entre os países com mais alta taxa de urbanização, sendo que a maioria dos municípios (73% do total) apresenta menos de 20 mil habitantes, e muitos destes possuem características econômicas, culturais e sociais que giram em torno do rural. (BRASIL, 1938; VEIGA, 2003; IBGE, 2010)

Segundo Veiga (2003), dos 5.507 municípios existentes no ano de 2000, “havia 1.178 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil” habitantes, todos estes com suas sedes municipais e distritais contando legalmente como área urbana, alimentando o “disparate segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000”. Esses dados estatísticos contestáveis incentivam o foco das políticas públicas territoriais, que dessa maneira acabam deixando em segundo plano a maior parte do território brasileiro, formado por pequenos municípios.

A fim de se obter um desenvolvimento territorial mais justo e igualitário, o conceito de ruralidade e a relação cidade-campo estão sendo discutidos e revisados no Brasil e em várias

partes do mundo por acadêmicos, governos e sociedade civil. Nos países da União Européia, por exemplo, onde o território rural acolhe mais de 56% da população total, a ruralidade passa a ser vista como “uma construção social”, onde o acesso a serviços, educação e mobilidade dessa parcela significativa da população é garantido e a importância cultural dessa parte do território é levada em consideração juntamente com seu peso econômico. No Brasil e em outras regiões em desenvolvimento, como o restante da América Latina e o sudeste asiático, a principal questão é a inclusão social da parcela da população que vive no campo e a garantia de acesso a serviços básicos. (COMISSÃO EUROPEIA, 2007; BOLCHOVER, LIN, LANGE, 2013)

No Brasil, o conceito de ruralidade está sendo discutido no Congresso Nacional desde 2010, sendo que em março de 2013 o evento “Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas”, que aconteceu em Brasília, reuniu representantes do governo, acadêmicos e representantes de instituições da sociedade civil para “discutir o futuro do rural no país por meio de uma reconceitualização da área rural”. Os debatedores deste evento chamaram a atenção para o real tamanho da população residente no campo, que é maior do que as estatísticas oficiais apontam, e para a importância do agronegócio e da agricultura familiar na balança comercial brasileira e na economia nacional. Foi discutida também a visão desatualizada que se tem do rural e a deficiência das políticas públicas para esta parte da população. (MORAES, 2013)

Nesse evento de 2013, o então coordenador-geral de gestão estratégica do Ministério do Planejamento, Leandro Freitas Couto, disse que o grande desafio para desenvolver o país é a “inserção do território no planejamento”, distribuindo as políticas públicas no território em sua totalidade, a fim de se ter um desenvolvimento mais igualitário. A embaixadora do México no Brasil, socióloga Beatriz Paredes, ressaltou a importância de mudar o paradigma cultural e investir em “políticas que criem oportunidades de geração de renda rural, treinamento e formação de jovens em áreas rurais”. Ela afirma que “construir uma nova ruralidade é indispensável para o mundo, ainda mais para o Brasil, que continuará sendo um país agrícola”. O consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Humberto de Oliveira, diz que é necessário repensar o orçamento e as políticas públicas para auxiliar os pequenos municípios brasileiros que formam a maior parte do território nacional, assim como, rediscutir o conceito de rural, “considerando-o não como setor, mas como espaço onde estão presentes cidade e campo de mais de 85% dos municípios e cerca de 30% da população do país”. Para ele o meio rural não precisa apenas de políticas públicas voltadas para a agropecuária, mas sim, de um conjunto de investimentos em diversas áreas, pois no rural brasileiro se realizam atividades econômicas dos setores primário, secundário e terciário, e é “onde se produz alimentos e energia, se guarda um imenso patrimônio cultural, ficam as reservas florestais e estão presentes trabalhadores e empresários da indústria, agricultura, turismo e comércio”. (MORAES, KAURIC, 2013)

Segundo o pesquisador brasileiro José Graziano da Silva (1999), que é o atual diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o rural brasileiro, desde o final do século XX, não é mais basicamente agrícola. Para ele, convivem no atual meio rural brasileiro atividades não agrícolas como o turismo, a indústria e atividades ligadas à preservação da natureza. Silva destaca também que a população residente na área rural do país é economicamente diversificada e não está ligada somente à agricultura, há famílias cuja ocupação são atividades não agrícolas e há famílias caracterizadas pela pluriatividade, que trabalham na agricultura em tempo parcial e possuem outras atividades econômicas diversificadas. Convive no meio rural o agronegócio, a agricultura familiar, as “novas” atividades rurais ligadas a nichos específicos de mercado (floricultura, avicultura ornamental, alimentos orgânicos, etc.), os trabalhadores sem-terra, organizados e não organizados, e o que Silva denomina de “sem-sem”, sem terra e sem emprego, que quase sempre também não tem casa, nem acesso à saúde e educação, e que não são organizados enquanto movimento popular. Para ele, o rural brasileiro também carece de políticas não agrícolas, inclusive uma reforma agrária não essencialmente agrícola. (SILVA, 1999)

O rural brasileiro engloba, portanto, uma série de atividades econômicas e sociais, ligadas ou não à agricultura e compreende pequenas cidades e regiões inteiras. Apesar de não existir no mundo uma “definição universalmente consagrada de meio rural”, é possível afirmar que o “rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades”. Mais importante que a idéia de dicotomia ou continuum do rural com o urbano, é compreender que de certa maneira o meio rural inclui o que no Brasil se chama de “cidade”, abrindo caminho para que se verifique a existência do que segundo os termos legais brasileiros pode parecer uma contradição, as “cidades rurais”. (ABRAMOVAY, 2009)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possui algumas cidades mais inseridas economicamente e a maior parte de seu território é composta por cidades pequenas cujas características econômicas e sociais estão estreitamente ligadas ao rural. Grande parte do território da região é formado por cidades que podem ser consideradas rurais, e onde parte significativa da população vive na área rural do município.

Regiões como o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que possui uma rede urbana bem distribuída, recursos territoriais adequados e mercados que favorecem a pluriatividade, apresentam, segundo Kageyama (2008), um desenvolvimento rural dinâmico e integrado. Esse desenvolvimento, por mais que não seja igualitário por toda a região, é melhor do que o

apresentado em áreas onde a rede urbana é frágil e pouco dinâmica economicamente, como em algumas regiões do nordeste brasileiro. (WANDERLEY, 2001; KAGEYAMA, 2008)

Porém, do que se trata o desenvolvimento da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba? A região orgulha-se de possuir o maior pólo agroindustrial do estado de Minas Gerais, entretanto, o desenvolvimento social e econômico atinge todos os municípios da região? E no espaço municipal, a população urbana e a população rural têm as mesmas oportunidades de acesso a serviços básicos como educação, saúde e mobilidade? Não há um consenso sobre o significado da palavra desenvolvimento e seu uso ainda é confundido frequentemente com crescimento econômico. Contudo, o crescimento econômico nem sempre reflete na qualidade de vida das pessoas, os índices de desenvolvimento social vão muito além da capacidade produtiva de uma sociedade. O economista Amartya Sen define desenvolvimento “como o processo de ampliação das capacidades dos indivíduos de fazerem escolhas”, o que remete aos conceitos de cidadania, de direitos humanos fundamentais e do direito à cidade. (SEN, 2000, apud: ABRAMOVAY, 2009)

Embora se separe, para efeito de análise, desenvolvimento urbano de desenvolvimento rural, e ainda, desenvolvimento econômico de desenvolvimento social, um não acontece isolado do outro. Devido à complexidade do processo, para fins de estudo, existe essa separação. A necessidade de que “se isole mentalmente algo que, na realidade, nunca ocorre separadamente, decorre do desejo de entender o processo de desenvolvimento”. Para entender os processos de desenvolvimento que acontecem em um determinado território como um todo, usa-se mais recentemente o termo desenvolvimento territorial, que busca englobar os aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento, analisados a partir de um território específico, incluindo áreas urbanas e rurais de forma conjunta. (VEIGA, 2000)

O foco do planejamento no Brasil continua sendo as áreas urbanas centrais, em detrimento das áreas periféricas e da área rural do município. Isso é um reflexo do modelo centro-periferia, ou ainda modernidade-pobreza que caracteriza a formação das cidades brasileiras, “sempre com a atenção ao centro das cidades, onde as elites vivem, ou seja, a cidade formal”. (MARICATO, 2000)

No seu artigo 40, o Estatuto da Cidade define que o plano diretor participativo deve abranger o território municipal como um todo. Dessa forma, o espaço da sociedade, seja ele urbano ou rural, deve ser trabalhado para seu desenvolvimento territorial. Com o Estatuto da Cidade, o planejamento do território é assegurado e passa a existir, pelo menos na teoria. (BRASIL, 2001)

No Brasil “existe um grande número de pessoas que residem em áreas consideradas urbanas, mas com características de áreas rurais, tanto no que diz respeito à economia local como à ausência de serviços urbanos”. Devem ser assegurados a toda a população, urbana e

rural, vivendo nos pequenos municípios ou no centro das grandes cidades, os serviços e direitos relativos à cidadania. (ZUQUIM, 2008)

Os pequenos municípios de regiões como o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba necessitam de estudos que auxiliem na abordagem territorial de seu espaço para que um planejamento que englobe toda a população de seu território aconteça e os serviços e direitos relativos à cidadania sejam assegurados aos seus territórios urbanos e rurais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009;

AMVAP (Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba): banco de dados. Disponível em: <www.amvapmg.org.br>. Acesso em 09 jun. 2015;

BOLCHOVER, Joshua, LIN, John, LANGE, Christiane (Org.). **Homecoming: contextualizing, materializing and practicing the rural in China**. Berlim: Gestalten, 2013;

BRASIL. **Decreto-lei nº 311**, de 2 de março de 1938;

_____. **Estatuto da cidade : Lei n. 10.257**, de 10 julho de 2001;

COMISSÃO EUROPEIA. Política de desenvolvimento rural 2007-2013. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_pt.htm>. Acesso em: 01 jun. 2014;

CORRÊA, Roberto Lobato. **Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades**. Revista Território. Rio de Janeiro: Laget/ UFRJ, 6(6):43-53, jan./jun. 1999;

_____. **Estudo sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004;

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, 30: 05-12, 2011;

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Regiões de influência das cidades – 2007**. Brasília: IBGE, 2007;

_____. : banco de dados censo 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br> . Acesso em: 01 jun. 2015;

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil – volume 5 – Redes urbanas regionais: Sudeste** . Brasília: IPEA, 2002;

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008;

MARICATO, ERMÍNIA. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192;

MEYER, Regina Maria Prosperi. O urbanismo: entre a cidade e o território. **Ciência e Cultura**, São Paulo, 1(58):38-41, jan./mar., 2006;

MORAES, Bruno, KAURIC, André. VIII Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: um grande debate internacional, uma grande contribuição para as políticas públicas. **Fórum DRS**, Brasília, n.6, dez. 2013. Disponível em: <www.iicaforumdrs.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2013;

MORAES, Bruno. Conceito de rural é debatido no Senado Federal do Brasil. **Fórum DRS**, Brasília, n.4, jan./fev./mar. 2013. Disponível em: <www.iicaforumdrs.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2013;

OLIVEIRA, Bianca Simoneli, SOARES, Beatriz. Pequenas cidades da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG junto ao período técnico científico internacional: um estudo preliminar. **Anais dos Encontros Nacionais da ANPUR – v. 9 – Ética, planejamento e construção democrática do espaço**, pp. 278-288, 2001;

_____. Cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG: algumas considerações. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, 3(5): 52-72, fev., 2002;

PEDRA, J.L.; NOGUEIRA, Marly. **Breves Considerações sobre as Pequenas Cidades**. In: XII SIMPURB. XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011, Belo Horizonte. XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011;

RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Paris: Ed. Gallimard, 1993, apud: MEYER, Regina Maria Prosperi. O urbanismo: entre a cidade e o território. **Ciência e Cultura**, São Paulo, 1(58):38-41, jan./mar., 2006;

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994;

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, apud: ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009;

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999;

VEIGA, José Eli. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000;

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003;

VILLAÇA, Flávio. **A delimitação territorial do processo urbano**, São Paulo, 1997;

_____. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 2001;

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en America Latina?**. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), pp.31-44, 2001;

ZUQUIM, Maria de Lourdes. **O lugar do Rural nos Planos Diretores Municipais**. In: Pluris 2008 - 3º Congresso Luso Brasileiro para Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 2008, Santos. Pluris 2008 - 3º Congresso Luso Brasileiro para Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. São Carlos: STT/CETEPE/EESC/USP, 2008.